# Pagamento das promoções atrasadas e Plano de Carreira justo. A luta dos policiais penais

## PROMOÇÃO ATRASADA HÁ 3 ANOS DEVE SER PAGA JÁ!

Três anos! Esse é o tempo de atraso no pagamento das promoções de mais de 900 policiais penais do Paraná. No decorrer desses anos, as desculpas dadas pelo Governo do Estado foram as mais variadas: falta planejamento, falta orçamento, a PGE não deixa, tem pandemia.

Porém, fica cada vez mais claro que o que falta mesmo é vontade política para resolver a questão.

O SINDARSPEN já apresentou à Casa Civil e à Secretaria de Segurança Pública (SESP) estudos que mostram que há meios legais de garantir as promoções dos policiais penais sem ferir a Lei 173/2020, que impede o aumento de gastos com o funcionalismo público até o final de 2021 no Brasil.

E a prova de que o Sindicato está certo é que no início de maio o governador Carlos Massa Junior assinou um decreto permitindo meios para o pagamento da promoção dos policiais militares. O Governo acerta ao garantir um direito legítimo aos colegas da Polícia Militar, mas erra quando nega o mesmo aos policiais penais. Exigimos isonomia. Exigimos o pagamento das promoções atrasadas já!

#### **PERDAS SALARIAIS**

O prejuízo pelo não pagamento das promoções atrasadas chega a 20% do salário dos policiais penais da classe III do QPPE.

do Paraná é uma só!

Além disso, o atraso nas promoções é agravado pela falta de reposição inflacionária aos servidores estaduais do Poder Executivo, que já acumulam uma perda salarial de 25,44% em 5 anos.





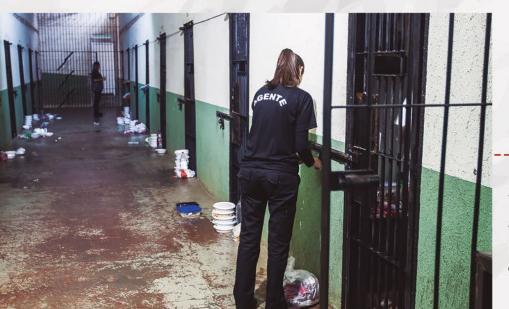
## A ARMADILHA DO PAGAMENTO NA TRANSPOSIÇÃO DE TABELA

Em reunião realizada em 19/05/21 entre o SINDARSPEN, técnicos do Comitê de Política Salarial (CPS) e o secretário de Segurança Pública do Paraná, Coronel Rômulo Marinho, a mensagem foi de que, embora tenha recursos, o Governo não pretende aumentar as despesas com o funcionalismo, mesmo que isso seja um direito dos trabalhadores.

O próprio secretário da SESP disse no encontro que há orçamento para implantar as promoções, faltando apenas que o CPS apresente uma forma de viabilizar isso. Porém, a equipe do Comitê de Política Salarial disse que as promoções só seriam possíveis quando da implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos policiais penais, que está sendo preparado a sete chaves pelo Executivo.

A proposta do Governo é que, ao invés de implantar já a promoção atrasada há 3 anos no QPPE, isso aconteça na transposição da tabela salarial do PCCS. O problema é que não foram apresentados quais os valores da nova tabela criada pelo Governo, nem quando seria possível sua implantação, ficando evidente que, diante do discurso de que não pode ter aumento de despesas, o Plano de Carreira que o Governo vai apresentar vai achatar ainda mais nossos salários.

O Governo quer que os agentes da classe III abram mão da promoção devida para contar com uma suposta compensação cujos valores não foram informados. E, o mais grave: quer usar esses servidores como reféns para implantar um Plano de Carreira que é uma cilada!



Trabalhamos em ambiente insalubre e perigoso para garantir a segurança da população

Fotos: Joka Madruga/SINDA



# CORRE QUE É CILADA!

Fica cada vez mais evidente que a pressa do Governo do Estado para a aprovação de um PCCS sem a consulta aos trabalhadores é para que a aprovação aconteça ainda sob a vigência da Lei 173/2020, que proíbe até dezembro deste ano o aumento de gastos com o funcionalismo público. Como criar um plano de carreira sem aumentar despesas com a área? Com um PCCS que achate os salários dos servidores.

Ao dizer que pretende resolver as promoções atrasadas somente quando houver o enquadramento na nova tabela de subsídio e durante a vigência das proibições impostas pela Lei 173/2020, o Governo confessa tacitamente que não pretende cumprir a sua dívida com os 900 policiais penais da classe III, tão pouco que pretende conceder compensação financeira para os trabalhadores no PCCS que está sendo planejado a sete chaves.



A Lei 173 não impede o pagamento das promoções devidas, mas impede o aumento de despesas com um novo Plano de Carreira, sendo, portanto, impossível que o Governo implante imediatamente um PCCS que faça qualquer compensação justa com os policiais penais.

Uma estratégia cruel e injusta.

## DENUNCIE O ASSÉDIO MORAL

Policial Penal, você não é obrigado a fazer nada além das suas funções ou que transgrida as normas de segurança.

- Qualquer atividade que vá além do seu trabalho e que requeira supervisão ao trabalho de outros servidores é uma função de chefia. Você não é obrigado a exercer qualquer função extra que não é remunerada.
- Não se sinta obrigado a fazer qualquer atividade que ponha em risco a sua segurança e dos seus colegas só porque precisa fazer a cadeia rodar. Num ambiente prisional, a segurança de todos tem que vir em primeiro lugar.

Se você se sentir assediado pela sua chefia, entre em contato imediatamente com o SINDARSPEN. 0800-645-1311.

# TODOS OS POLICIAIS PENAIS PERDEM COM O PLANO DO GOVERNO

Se essa estratégia do Governo do Estado vingar, todos os policiais penais serão prejudicados, já que a tabela salarial do novo PCCS, para caber nas intenções do Governo de não aumentar despesas, estagna o salário de todas as classes.

Precisamos estar todos unidos para impedir que isso se concretize!

Cargos comissionados e de chefia são passageiros; sua carreira não! Fortaleça a luta da sua categoria!

### O QUE QUEREMOS

- --- Pagamento das **promoções atrasadas há 3 anos**para os policiais da
  --- classe III do QPPE
- Plano de Carreira, Cargos
  --- e Salários (PCCS)
- --- **Isonomia** no tratamento com os demais servidores --- da segurança pública
- --- Retomada das negociações do PCCS com base no que foi amplamente debatido com a --- categoria e com a SESP em 2019

#### Conheça a tabela salarial debatida entre o SINDARSPEN e SESP, em 2019

QPPE / ENQUADRAMENTO	CLASSE CORRESPONDENTE NO PCCS	SUBSÍDIO A SER PAGO
Classe inicial (ingresso)	1	R\$ 4.113,00
Sem enquadramento	2	R\$ 4.672,78
Sem enquadramento	3	R\$ 5.308,74
Sem enquadramento	4	R\$ 6.031,26
Classe III - ref. 1 a 12: até 10 anos incompletos	5	R\$ 6.852,12
Classe III - ref. 1 a 12: acima de 10 anos completos	6	R\$ 7.784,69
Classe II - ref. 1 a 12: até 15 anos incompletos	7	R\$ 8.844,19
Classe II - ref. 1 a 12: 15 completos até 20 incompletos	8	R\$10.047,88
Classe II - ref. 1 a 12: acima de 20 anos completos	9	R\$ 11.415,40
Classe I - ref. 1 a 12: até 25 anos incompletos	10	R\$ 12.969,04
Classe I - ref. 1 a 12: 25 completos até 31 incompletos	11	R\$14.734,12
Classe I - ref. 1 a 12: acima de 31 anos incompletos	12	R\$ 16.739,43

Enquadramento na tabela do subsídio a partir de dia 01/01/2022 Promoção da Classe III para a Classe II dentro do QPPE, ainda em 2021



